

APF

ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

Educação Sexual em Rede



Nº 3 JANEIRO 2008

-  Factores de Sucesso da Educação Sexual em Meio Escolar
-  A Experiência Irlandesa
-  Jogos de namorar

Com o apoio:



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

Educação Sexual em Rede

Director

Duarte Vilar

Director Adjunto

Eugénia Lemos

Coordenadora

Sara Duarte

Conselho Editorial

Adelaide Brito
António Filhó
Eduarda Meneses
Fátima Forreia
Fernanda Branco
Gabriela Moita
Helena Camacho
Isabel Carreira
Ivone Félix
Jesuína Pereira
Manuela Sampaio
Milice Ribeiro
Orílica Roque
Vânia Fernandes

Redacção

António Manuel Marques
Duarte Vilar
Elisabete Carriço
Elisabete Souto

Propriedade

APF – Associação para o Planeamento da Família

Redacção e Sede

Rua Artilharia Um, 38 – 2º Dto. – 1250-040 Lisboa
Tel.: 21 385 39 93 – Fax: 21 388 73 79
E-mail: apfsede@apf.pt

Projecto Gráfico

Salomé Lage
riskideia@clix.pt

Desenvolvimento e Paginação

Ideias Virtuais
ideiasvirtuais@ideiasvirtuais.pt

Registo

124708

ISSN

1646-1541

Foto capa

Grupo de teatro Pedacos de Nós - APF Alentejo

Sumário

■ N.º 3 Janeiro 2008 ■

Editorial

- 1** Um novo contexto para a Educação Sexual nas escolas - *Duarte Vilar*

Reflexão e Debate

- 3** A diferença invisível - *Eduarda Ferreira*
8 Factores de sucesso da Educação Sexual em meio escolar - *Lúcia Ramiro, Margarida Gaspar Matos, Duarte Vilar*

Por estas Bandas

■ PROJECTOS EM CURSO ■

- 14** Projecto Bem-me-querES na Escola - *DR'S APF*

Testemunhos

- 23** A experiência de Elisabete Carriço

Educação Sexual

■ POR OUTRAS BANDAS ■

- 25** A experiência irlandesa - *Niall Behan*

Trabalhando Temas

- 27** Jogos de namorar
32 Valores e atitudes sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez

Recursos

- 33** Recensão crítica ao livro "A Orquídea & o Beija-Flor" - *António Manuel Marques*
35 Cenas e Contracenas pelo grupo Pedacos de Nós - *A Equipa do Projecto PreservAmigo, Ana Catarina Araújo, Sara Nasi Pereira, Glória Costa Silva*

Um novo contexto para a Educação Sexual nas escolas

Duarte Vilar

■ Director ■

Devido a problemas vários, é com muito atraso, e em formato digital, que publicamos mais um número da revista "Educação Sexual em Rede".

Entre a data de publicação do último número, saído ainda em 2006, e a data em que este número é editado, **houve mudanças muito importantes no panorama da educação sexual nas escolas portuguesas.**

Estamos-nos a referir concretamente a mudanças nas políticas educativas nesta área e, especificamente, ao Relatório Final do Grupo de Trabalho sobre Educação Sexual (GTES), que foi coordenado entre Junho de 2005 e Agosto de 2007 pelo Professor Daniel Sampaio.

A que mudanças nos referimos?

A primeira delas diz respeito ao novo enquadramento da educação sexual nas escolas.

Desde 2000, o DL 259/2000 prevê que todas as escolas e agrupamentos sejam obrigados a integrar no seu projecto educativo uma componente de educação sexual. No entanto, sendo o projecto educativo de cada escola um conjunto de intenções mais ou menos gerais, continuava por definir o lugar concreto onde se poderiam integrar as acções e programas de educação sexual.

Algumas escolas optaram por integrar estas acções nas áreas curriculares não disciplinares, nomeada-

mente da Formação Cívica ou na Área de Projecto. Outras acções aconteciam de forma esporádica, e por iniciativa dos professores, nas diversas disciplinas. Muito frequentemente, aconteceram também acções de educação sexual em contexto extra-curricular ou a propósito desta ou daquela data.

O Relatório Final do GTES vem agora enquadrar a educação sexual como uma das 4 componentes do Projecto de Educação para a Saúde (que integra para além da área da "Sexualidade e Infecções Sexualmente Transmissíveis", as questões da "Alimentação e Actividade Física", dos "Consumos de Substâncias Psico-activas" e da "Violência em Meio Escolar").

As escolas do 2º e 3º ciclos deverão incluir este programa de Educação para a Saúde nas suas actividades anuais, dedicando-lhe pelo menos quatro horas mensais. Nestas, pelo menos uma hora por mês deve abordar questões de educação sexual. As escolas secundárias deverão organizar Gabinetes de Atendimento, os quais devem também promover este tipo de actividades.

Cada escola deverá nomear um professor coordenador que terá, em princípio, a formação adequada e uma redução de horário lectivo para poder exercer estas funções de coordenação.

Por outro lado, o GTES reafirmou as "Linhas Orientadoras para a Educação Sexual em Meio Escolar" como o



documento que deve enquadrar este tipo de actividades. Ou seja, mantendo uma lógica de transversalidade, o GATES definiu os mínimos que têm de acontecer nas escolas, sugeriu a nomeação de um(a) coordenador(a) que possa responder por esta área pedagógica – a Educação para a Saúde – e, finalmente, clarificou os modelos e a consequente orientação técnica e ética da educação sexual nas escolas.

Dado que o Ministério da Educação aceitou estas propostas, ficam assim definidas as linhas orientadoras que o Estado português propõe nesta área da educação sexual.

Por outro lado, o Grupo de Avaliação dos Manuais de Educação Sexual nomeado pelo GATES reiterou o valor técnico-científico de um conjunto de livros e outros materiais didácticos em Educação Sexual disponíveis no mercado, a começar pelas próprias Linhas Orientadoras e incluindo também os diversos manuais técnicos produzidos pela APF para apoio aos professores dos vários níveis de ensino, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Secundário.

Esta avaliação veio pôr um ponto final na polémica que se instalou a partir de uma campanha que em 2005 foi conduzida por grupos que se opõem à educação sexual nas escolas. Recorde-se que estes grupos procuraram alarmar a opinião pública e os encarregados de educação, dizendo que se estavam a realizar nas escolas acções de educação sexual tão desadequadas quanto traumatizantes, com a utilização de manuais que agora foram avaliados muito positivamente. Uma conhecida associação ligada às questões de família chegou mesmo a propor que o Estado identificasse as crianças em causa e que pedisse publicamente desculpas às suas famílias...

No entanto, o facto de se ter progredido na definição do enquadramento da educação sexual não

significa automaticamente que as escolas as apliquem de forma alargada e adequada. O próprio modelo transversal é muito exigente e de difícil aplicação.

Muitas escolas e muitos professores têm tido dificuldades na aplicação destas políticas, e outras, limitam-se a realizar uns quantos colóquios sobre temas de saúde e consideram, erradamente, que com estas actividades, cumprem o que está legislado.

Ora a educação sexual, e a educação para a saúde, consistem na integração regular de um conjunto de temas (de sexualidade e de saúde) no processo de ensino e aprendizagem, um programa de actividades feito “de dentro da escola”, privilegiando o espaço turma e assente numa forte participação das crianças e dos jovens.

Com este novo cenário, a APF criou um novo curso de formação sobre “Desenho de Projecto em Educação para a Saúde” destinado aos professores coordenadores desta área.

A APF estará atenta, como ONG envolvida há muito na exigência da generalização da educação sexual, à forma como se vai fazendo a implementação prática destas políticas.

Por outro lado, é importante que a formação e o apoio técnico às escolas continuem. É importante que continuem a circular novas ideias e se conheçam as boas práticas que vão existindo nestas matérias.

É nestas duas vertentes de trabalho da APF com as escolas e os professores – apoio técnico e circulação de ideias e bons exemplos – que se insere a continuidade da “Educação Sexual em Rede”.

Boas leituras!



A diferença invisível

Abordagem da orientação sexual em meio escolar

Eduarda Ferreira

■ Psicóloga, Serviço de Psicologia e Orientação da Escola Secundária Sebastião da Gama de Setúbal ■

O conceito de heterossexismo

Quando falamos de orientação sexual, quase sempre pensamos em homossexualidade. Ou pelo menos, quando falamos em problemas relacionados com a orientação sexual, pensamos certamente em homossexualidade. Para entendermos este enviesamento, é necessário aprofundarmos o conceito de heterossexismo.

Este termo, proposto por Stephen Morin em 1977, refere-se à ideia de que a heterossexualidade é a orientação sexual "normal" e "natural". Ao considerar a heterossexualidade "normal", contrapõe-se a ideia de que as outras orientações sexuais (homossexualidade e bissexualidade) são um desvio à norma e reveladoras de perturbação. Não são encaradas como um dos aspectos possíveis na diversidade das expressões da sexualidade humana. O considerar a heterossexualidade como "natural", aponta para algo inato, instintivo e que não necessita de ser ensinado ou aprendido.

Temos como algumas das principais consequências do heterossexismo, o validar que existe um sistema de papéis de género dual (masculino e feminino) de acordo com o sexo biológico, e o considerar que todas as pessoas são heterossexuais, salvo prova em contrário.

"Existe um aspecto que caracteriza a homossexualidade e a diferencia das outras minorias - nós podemos ser invisíveis, e ser encarados como pertencendo à maioria heterossexual. A única forma de

sermos visíveis é assumirmos publicamente, por palavras ou comportamentos, que somos homossexuais."
Estudante, 17 anos (GLSEN Education Department Resource, 2000)

O termo heterossexismo também é utilizado para designar os preconceitos existentes contra os homossexuais, bem como os comportamentos deles decorrentes. Tem paralelismo com outras formas de preconceito como o racismo ou o sexismo. Todos representam sistemas ideológicos que estigmatizam e discriminam pessoas com base no seu comportamento, identidade, sistema de relações ou comunidade a que pertencem.

No caso específico do heterossexismo, uma das consequências é a desigualdade de direitos e de oportunidades entre os que não são conforme com a norma relativa ao género e à sexualidade, e os que estão dentro da norma.

Negar a existência de desigualdades, ao nível das oportunidades e dos direitos, entre heterossexuais e homossexuais (ou aqueles que são percebidos como sendo homossexuais), não só contribui para manter a situação, como impede que se possa caminhar no sentido da efectiva mudança da legislação e das mentalidades.

Sabemos que embora a nossa Constituição defenda o direito à igualdade e não discriminação em função da orientação sexual (artigo 13º), ainda existem muitos casos em que a legislação não reflecte este princípio constitucional, como por exemplo na legislação sobre casamento, reprodução



medicamente assistida e adopção. E se a nível da legislação ainda subsistem situações de desigualdade, ao nível das atitudes a situação é muito mais grave. Veja-se a forma como se reage à expressão pública dos afectos de um casal homossexual, e temos como exemplo recente o caso de duas alunas de uma escola secundária de Vila Nova de Gaia, em que comportamentos explícitos de afecto suscitaram reacções negativas por parte da comunidade educativa.

O heterossexismo funciona através de um sistema de negação e discriminação – a sociedade tende a negar a existência da homossexualidade, tornando-a invisível (em quantos manuais escolares existem referências neutras ou positivas à homossexualidade?) e tende a reprimir e discriminar todos aqueles que se tornam visíveis.

“Desde que estou na escola nenhum professor alguma vez apresentou uma imagem de uma família homoparental, e o assunto só era falado se eu o trouxesse para a discussão.” Estudante, 15 anos (GLSEN Education Department Resource, 1999)

De uma forma geral podemos dizer que o heterossexismo transmite um conceito muito limitado da sexualidade humana, e empobrece a percepção da diversidade das relações afectivas. O que consideramos ser prejudicial para todos, independentemente da sua orientação sexual.

O mais difícil para se começar a desconstruir o heterossexismo, é conseguir identificá-lo. A maior parte das pessoas não tem comportamentos assumidamente agressivos ou hostis em relação à homossexualidade, mas isso não quer dizer que não exista um enviesamento na forma como se percebe a realidade. Por exemplo, o heterossexismo está presente, quando se utilizam termos

relativos à homossexualidade (normalmente em calão) com tom depreciativo ou de ridicularização, ou quando se assume a postura: “as pessoas adultas são livres de fazerem o que querem, de amarem quem quiserem, mas não é necessário evidenciarem tanto as suas preferências”. Esta atitude, que pode até reflectir alguma tolerância, não é de forma alguma, uma atitude de respeito entre iguais.

Em acções de formação sobre questões relativas à orientação sexual, é muitas vezes utilizado o “Questionário sobre heterossexualidade”, com o objectivo de ajudar a consciencializar a forma como se encaram de forma diferente as várias orientações sexuais. Alguns exemplos de perguntas, são:

- O que pensa que possa ter causado a sua heterossexualidade?
- Acha que é possível a sua heterossexualidade ser só uma fase que irá ultrapassar?
- Acha que é heterossexual porque tem medo de pessoas do mesmo sexo?
- Se nunca teve relações sexuais com alguém do mesmo sexo, como é que sabe se não pode ser homossexual? Acha que algo poderia mudar se tivesse uma experiência homossexual positiva?
- Porque é que os heterossexuais exibem tanto a sua sexualidade? Porque é que não podem ser como são, sem terem de se beijar em público, usar alianças, etc?

É difícil tomarmos consciência do heterossexismo presente nas nossas atitudes, porque assim como o racismo e o sexismo, é algo que nos é transmitido de forma subliminar, deriva das normas e costumes da sociedade, e da forma como as nossas instituições (incluindo a escola) estão organizadas. Não é necessariamente, nem a maior parte das vezes, resultado de uma rejeição consciente.



Escola, orientação sexual e heterossexismo

Quando se trata do meio escolar, o heterossexismo institucional apresenta características específicas. De acordo com a nossa Constituição, a escola deve proporcionar um espaço seguro a todos os jovens, educar para a igualdade de oportunidades e desenvolver o espírito da tolerância e o respeito mútuo (artigo 73º).

A escola é um local privilegiado de transmissão de valores e normas sociais. E, no sentido de se garantir a igualdade de oportunidades, seria de esperar que tivessem, mais do que outras instituições, a preocupação de combater, ou pelo menos diminuir, a presença e influência do heterossexismo. No entanto, poucas o fazem. Muitas vezes devido à invisibilidade e estigma social a que está votada a homossexualidade, outras vezes devido à complacência em relação a práticas há muito instaladas. Quando lidamos com injustiças que afectam só uma minoria, tendemos a ter uma espécie de “ponto cego” que nos distorce a percepção da realidade.

“Nós vivemos num mundo heterossexual e numa escola heterossexual. E isso não vai mudar. Mas eu desejo que os homossexuais e bissexuais possam ter as mesmas oportunidades que os heterossexuais têm. Muitos heterossexuais não têm consciência das vantagens que têm.

Um exemplo que me ocorre, é a facilidade com que podem convidar alguém para sair e ir dançar. Não é que não seja permitido a uma rapariga levar outra rapariga a dançar, mas tomar essa decisão é algo muito difícil. Eu tive de pensar muito e questionar-me, antes de o conseguir fazer. Tive de me preparar para as possíveis reacções dos outros estudantes (Será que serei insultada? Gozada? Ou mesmo agredida?) Também me preocupei com as reacções dos professores que me vissem lá. Como

saber como iriam reagir? Será que pode afectar a forma como me vêm e me avaliam? Não sei se isto aconteceria, mas existe sempre a possibilidade de suscitar uma reacção negativa.

O que é importante, é que os alunos heterossexuais não têm de pensar nisto tudo, e eu tenho. Eles podem levar quem quiserem e não têm de pensar duas vezes. Outra situação ainda mais complicada, é se eu posso ou não dançar agarrada à minha companheira ou até mesmo dar-lhe um beijo. Que consequências é que estes comportamentos podem ter? Estas são coisas com as quais os heterossexuais não têm que se preocupar. Eu gostava que também fosse assim para mim.” Estudante, 16 anos (GLSEN Education Department Resource, 2000).

O primeiro passo para dismantelar o heterossexismo nas nossas escolas é nomeá-lo, identificá-lo, e oferecer alternativas às práticas tradicionais a que já nos habituámos.

Como forma de concretizar o que atrás afirmámos, vamos analisar um tipo de comportamento que podemos observar no meio escolar: as agressões verbais. Algumas das formas que este tipo de agressão pode tomar são: insulto, chamar nomes, provocar e ameaçar. As razões que tornam os jovens alvos das agressões podem ser variadas, como por exemplo: a aparência física, raça, religião, nível socioeconómico, capacidade física ou intelectual, género e orientação sexual.

Mas, o que nos interessa aqui analisar, é um determinado tipo de linguagem utilizada como insulto. A linguagem que se refere claramente à homossexualidade. Por exemplo, é considerado um insulto chamar “maricas” a um rapaz. Muitos jovens que são alvo destes insultos, não o são por causa da sua orientação sexual, mas por causa da sua diferença – seja a forma do corpo, estilo pessoal, raça, género, comportamento, etc. O que quere-



mos salientar, é o conteúdo insultuoso da expressão, e não a sua ligação a realidades concretas. Por vezes, argumenta-se que as expressões utilizadas já são tão comuns, que foram perdendo o significado, e que não são consideradas insultuosas, nem entendidas como agressão. Para questionarmos a validade desta afirmação, é suficiente observarmos a reacção de franca rejeição e desagrado, por parte dos jovens que são alvo deste tipo de linguagem.

A agressão verbal, mesmo quando limitada à provocação, pode interferir negativamente com o desenvolvimento psicossocial dos jovens. As palavras magoam, e têm o poder de afectar negativamente a auto estima e provocar sentimentos de insegurança. Especialmente quando os incidentes pontuais se transformam num padrão.

Ignorar, permitir ou desculpar este tipo de comportamento, reafirma a ideia de que é lícito agredir verbalmente alguém, e reafirma a conotação pejorativa das expressões utilizadas (reforçando o heterossexismo). E este é o tipo de reacção mais frequente, por parte dos profissionais responsáveis pelos jovens.

Como alternativa achamos que, nestas situações, uma proposta de intervenção positiva e eficaz pode ser: interromper o comportamento e educar os jovens nele envolvidos. É importante esclarecer acerca dos termos utilizados como forma de agressão, fornecendo informação actualizada e baseada em conhecimentos científicos. Deve ser clarificado que a homossexualidade não é uma perturbação ou anomalia. E transmitir a ideia de que a orientação sexual pode variar dentro de um contínuo que vai da homossexualidade exclusiva até à heterossexualidade exclusiva, passando por várias formas de bissexualidade. O essencial é educar no sentido do reconhecimento da diversidade da sexualidade humana, e do respeito pelo outro.

Como medidas mais abrangentes, que consideramos poderem contribuir para diminuir os efeitos negativos do heterossexismo nas escolas, propomos algumas ideias para reflexão:

- Não assumir a universalidade da heterossexualidade. A constante suposição de que todas as pessoas são heterossexuais, torna invisíveis todas as outras formas de orientação sexual. Essa invisibilidade dificulta a construção positiva de uma identidade não-heterossexual. E estamos a falar de uma instituição, em que a maior parte dos elementos da sua comunidade são jovens. A linguagem utilizada deve ser inclusiva, i.e., sempre que se fale de questões relacionadas com os afectos, deve existir referência explícita às várias formas possíveis de orientação sexual, não limitando o discurso à heterossexualidade.
- Garantir o direito à igualdade de oportunidades. A escola deve garantir a defesa do direito de todos os elementos da sua comunidade à igualdade de oportunidades e de não discriminação. Para que isto se torne efectivo, é necessário que sejam tomadas medidas dissuasivas de todo e qualquer comportamento que colida com o respeito pelo outro. Uma das formas de tornar esta prática possível, é nomear entre os princípios pelos quais a escola se rege o respeito pela diversidade e neles incluir explicitamente, a não discriminação em função da orientação sexual.
- Disponibilizar documentação sobre questões relacionadas com orientação sexual. Esta documentação deve ser de fácil acesso a todos os estudantes e restantes elementos da comunidade educativa. O ter este tipo de documentação, mas colocá-la em locais menos acessíveis e de alguma forma menos visível, só contribui para reforçar a ideia de que falar de orientação sexual é algo que não deve ser feito de forma aberta e explícita, promovendo a invisibilidade destas questões.

- Proporcionar modelos de comportamento não-heterossexista. Provavelmente, a forma mais eficaz de reduzir o heterossexismo, é de uma forma sistemática e consistente, desenvolver comportamentos que reforcem positivamente a diversidade e que condenem actos de discriminação de qualquer tipo. Por exemplo, utilizar linguagem que demonstre respeito pelo outro, intervir em situações de agressão verbal ou física, e incluir nas aulas imagens diversificadas relativas aos afectos e formas de organização das famílias não exclusivamente heterossexuais, são algumas formas que podem proporcionar modelos positivos.

Para se desenvolver este tipo de comportamentos, não é suficiente ter um sistema de valores não-heterossexista. Convém reflectir em como todos nós fomos sujeitos a uma educação repleta de modelos quase exclusivamente heterossexuais. E estes modelos estiveram presentes não só na família e na escola, mas também na rua, na comunicação social, etc. O mundo à nossa volta, a televisão, os filmes, as revistas, estão permanentemente a bombardear-nos com imagens e estereótipos de relações amorosas entre um homem e uma mulher. As músicas, filmes e livros que falam de amor e sexualidade, são quase na sua totalidade sobre relações heterossexuais. Perante este cenário, não é expectável que se consigam desenvolver competências que nos permitam ter uma atitude não-heterossexista.

Por isso, é necessário disponibilizar formação adequada e específica. Tendo em conta o momento actual, em que tanto se fala de projectos de concretização de políticas de educação sexual nas escolas, é não só pertinente mas urgente, proporcionar este tipo de formação aos professores. Consideramos que a formação, nesta área, para

ter potencial de mudança, deverá incidir não só sobre questões específicas relacionadas com a orientação sexual, mas também em como lidar com comportamentos discriminatórios e em como educar para a igualdade e respeito mútuo.

Os profissionais da escola devem estar preparados para lidar com todos os estudantes com que trabalham, incluindo os de orientação homossexual, as suas famílias e também com aqueles que provêm de famílias homoparentais. Devem ser desenvolvidas competências para poderem responder a situações em que exista discriminação em função da orientação sexual, independentemente das suas crenças pessoais. Não é necessário que cada professor ou auxiliar de educação tenha uma atitude pessoal favorável à homossexualidade, o que é imprescindível é que, enquanto profissional, proporcione igualdade de tratamento a todos os elementos da comunidade educativa.

Bibliografia

- Chapman, S.K. (2000).** *The Power of Children's Literature - Gay and Lesbian Themes in a Diverse Childhood Curriculum.* **Early Childhood Educator, Bank Street School for Children**
- Education Department Resource (1999).** *I just want to say - Parents, Students & Teachers Talk About Anti-Gay Bias in our Schools* **GLSEN - Gay, Lesbian & Straight Education Network**
- Education Department Resource (2000).** *Coming Out - Suggestions for Gay and Lesbian Educators* **GLSEN - Gay, Lesbian & Straight Education Network**
- Education Department Resource (2002).** *How does homophobia hurts us all?* **GLSEN - Gay, Lesbian & Straight Education Network**
- Goldstein, N. (2001).** *Zero Indifference: A How-to Guide For Ending Name-Calling in Schools.* **GLSEN Educational Resources Manager**
- Jennings, K. (1994).** *Becoming Visible: A Reader in Gay and Lesbian History for High School and College Students.* **Boston: Alyson Publications**
- Lipkin, A. (1999).** *Understanding Homosexuality: Changing Schools.* **GLSEN Educational Resources Manager**
- Lipkin, A. (2000).** *Raising Gay/Lesbian Issues in the Classroom - A Practical Guide.* **GLSEN Educational Resources Manager**
- Siragusa, N. (2001).** *The Language of Gender - A Discussion and Vocabulary List for Educators on Gender Identity.* **GLSEN Educational Resources Manager**



Factores de sucesso da Educação Sexual em meio escolar

Lúcia Ramiro

■ Mestre em Sexologia, Coordenadora da Educação para a Saúde na Escola Secundária 3º Ciclo EB Poeta Al Berto ■

Margarida Gaspar Matos

■ Psicóloga, Professora Associada da FMH/UTL ■

Duarte Vilar

■ Sociólogo, Director Executivo da APF ■

Introdução

Uma vez que se constata um aumento na incidência de VIH nos jovens e que estes passam um tempo significativo na escola, entende-se esta como lugar privilegiado para a realização da Educação Sexual. Este artigo aborda a importância da Educação Sexual em meio escolar e os factores de sucesso da mesma.

Factores Externos à Escola

- Existência de legislação que garanta legitimidade à educação sexual – em Portugal desde 1984 (Lei 3/84) que existe documentação legal sobre a ES em meio escolar;
- Intenção política que reitere a política educativa e não a ignore ou contrarie – por exemplo, o caso dos Estados Unidos em que cada estado decide se quer ou não facultar ES no currículo escolar, e decide também por um de dois programas (o que advoga a abstinência sexual como único comportamento adequado e o que, apesar de enfatizar a mesma, aborda os métodos contraceptivos) mas só recebem um fundo

monetário do estado no caso de escolherem o da abstinência total;

- Envolvimento de grupos de pressão a favor da ES, em especial quando a perspectiva adoptada pelo governo é conservadora, ou quando este não cria condições para uma implementação efectiva da mesma; os grupos de pressão (como é o caso da APF em Portugal) adquirem uma importância crescente em proporção directa com a inactividade / desadequação da política educativa;
- Apoio da opinião pública e da comunidade local e / ou a percepção desse apoio – por exemplo, em sociedades muito religiosas, a escola e os professores podem sentir-se pressionados a minimizar ou mesmo a anular a ES;
- Apoio dos pais e / ou a percepção desse apoio – segundo Vilar (2003) estes apoiam-na desde que informados acerca de quem e como será desenvolvida a ES com os respectivos filhos.

No geral, a oposição destes grupos e mais ainda o receio dela justificam a dificuldade de imple-



mentação da ES e muitos dos aspectos que a perpassam.

Há autores que exemplificam a importância de todas estas entidades com a questão do acesso a preservativos nas escolas. Firestone (1994), no estudo que efectuou num estado americano, justifica o facto das escolas não distribuírem preservativos com o receio da oposição destes grupos. No estudo deste autor, 87% dos professores afirmou que deviam ser os enfermeiros da escola a fazê-lo e 72% dos enfermeiros afirmou que deviam ser os professores. Num estudo recente à população portuguesa (Deco Proteste, 2006), verificou-se que cerca de metade dos inquiridos concorda com a distribuição de preservativos em contexto de ES – percentagem surpreendente tendo em conta a recente movimentação contra a ES em meio escolar.

Num nível mais intermédio, os autores identificam o tipo de abordagem, programa, metodologias e estratégias a implementar.

1. Relativamente ao tipo de abordagem:

- Holística – porque na sexualidade humana se entrecruzam não só o aspecto biológico, mas também o psicológico, o afectivo e o social;
- Democrática – fomentando todo um processo de desenvolvimento sem prescrição de valores ou comportamentos, ou seja, numa aceção pluralista, promovendo a capacidade de escolha e decisão;
- Sistemática, duradoura e não pontual – Firestone (1994) verifica no seu estudo que quanto mais tempo os adolescentes estiverem envolvi-

dos, melhores os resultados em termos de redução de taxas de gravidez indesejada; e

- A iniciar-se antes de qualquer actividade sexual – porque é ainda mais difícil alterar comportamentos do que promovê-los.

2. Quanto ao programa, este deve ser:

- Centrado nas necessidades da população – alvo – ou seja, de acordo com as características e vivências da faixa etária da população a que se destinam. E não esqueçamos que os alunos provêm de diferentes raças, religiões, meios sócio-económicos, têm diferentes graus de maturidade, experiência e orientações sexuais.

- Centrado em metas como são a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de atitudes e competências pessoais e sociais, nomeadamente de identificação e clarificação de valores, gestão das emoções, comunicação relacional, tomada de decisões, resolução de problemas e assertividade, e resiliência, ou seja, as mesmas competências que são necessárias para viver; e

- Baseado em teorias e factos científicos e actualizados – na ES não há lugar para a defesa de teorias pessoais ou crenças religiosas, a informação tem que ser rigorosa e portanto, resultante de um estudo científico sistemático.

3. E relativamente às metodologias e estratégias:

O modo como a ES é posta em prática pode estabelecer toda a diferença. Os autores são unânimes em afirmar que são as metodologias participati-



vas que possibilitam o desenvolvimento de saberes e competências tão complexas, uma vez que são essas que promovem o aluno como principal agente da sua própria aprendizagem. Fazem parte destas metodologias os trabalhos de pesquisa – individual, a pares ou em grupo, o *brainstorming*, a resolução de problemas a partir de situações – modelo ou reais, os jogos de clarificação de valores, a utilização de questionários para recolha de opiniões, o *role-playing* ou a dramatização, as visitas externas de especialistas, a produção de cartazes, a caixa de perguntas, as fichas de trabalho, a exploração de vídeos e outros meios audiovisuais, a *Internet* e o *e-learning*, a realização de *webquests*, os grupos focais, e a formação inter – pares.

Factores Internos à Escola

Não menos importantes que os factores externos à escola, são os que dependem desta. Se os primeiros criam condições para o sucesso da ES, os segundos garantem-no. É necessário estar-se envolvido para a implementar porque esta obriga a um investimento significativo de tempo uma vez que é preciso reorganizar a escola no que diz respeito à sua filosofia, ao modo como a vida escolar está organizada, à reorganização de espaços físicos e também das circunstâncias que fomentam a desejada multidisciplinaridade.

1. Quanto aos Recursos Humanos:

1.1. Direcção Executiva.

É a nível da direcção executiva que pode surgir o primeiro obstáculo, e conseqüentemente, a pri-

meira condição de sucesso. É necessário a aprovação e aceitação efectiva da ES pela direcção executiva, ou então, podem não estar criadas as condições necessárias para a implementação da ES.

1.2. Coordenador da ES.

Segundo várias fontes (por ex. o GTES, 2005) é necessário a identificação de um professor coordenador que mantenha o grupo motivado e articule as várias acções, garantindo a efectiva implementação da ES.

1.3. Professor.

Segundo vários autores, o professor é um agente central no sucesso da ES. Wenzlaff (1998) afirma mesmo “tal professor, tal escola” (p.7).

De acordo com a literatura, o professor ensina mais pelas atitudes do que pelos conhecimentos que comunica, especialmente em temas controvertidos como a Educação Sexual. Os autores consideram a atitude do professor sob diferentes perspectivas:

- A concordância com a ES e com o programa a desenvolver são condição *sine qua non* para a realização da mesma. Alguns autores explicam-na relacionando esta concordância com a atitude deste em relação à ES e ao programa a implementar, ou seja, se o professor tiver uma atitude favorável (não conservadora) em relação à ES, atribuirá mais importância ao tema, desenvolverá maior motivação para a leccionar e mais facilmente a implementará.

- Ainda no que diz respeito às atitudes, alguns autores afirmam que uma atitude favorável em relação à sexualidade dos jovens é extremamente importante para a consecução da ES visto que só genuinamente aceitando esta é que um professor pode implementar a ES com seriedade.
- López (1990) aponta para o facto da aprendizagem também se realizar pela observação de comportamentos, expressões faciais etc, lembrando que a aprendizagem não intencional é tão ou mais eficaz que a intencional. Consequentemente, a responsabilidade do professor é amplificada pela capacidade de influenciar as atitudes e os comportamentos dos jovens pois, especialmente estes, aprendem por observação e imitação. A adequação entre as afirmações que faz e as suas atitudes torna-se, assim, crucial.
- Dada a carga emotiva da sexualidade e da ES “aconselha-se que a educação sexual seja leccionada... por aqueles docentes que efectivamente se sintam bem com ela” (p. 48, Lemos, 2002) pelo que assume uma importância significativa o grau de conforto na abordagem dos tópicos a desenvolver – compreende-se, então, que os tópicos considerados mais controversos sejam abordados com menos frequência porque são aqueles em que é mais frequente o professor experimentar desconforto. Enfatiza-se ainda a importância da isenção face à informação permitindo que o aluno faça as suas escolhas. É a isenção do professor que garante uma ES baseada em teorias e factos científicos e que respeite a liberdade de escolha do outro.

O conhecimento, apesar de menos importante que as atitudes, é, obviamente, pré – requisito para uma ES de sucesso. Os conhecimentos podem ser adquiridos durante a formação inicial ou académica na área, ou com formação complementar. E, independentemente do tipo de formação obtida, pode-se ainda considerar a formação pessoal do professor – aquela que resulta quer dos meios formais quer dos informais ao longo da sua vivência.

- A formação pessoal de qualquer indivíduo reflecte uma predisposição para responder mais ou menos positiva ou negativamente à sexualidade. Esta atitude pode ser mais no extremo erotofílico ou mais no extremo erotofóbico, i.e., mais positiva ou mais negativa face à sexualidade. Esta atitude é especialmente relevante neste ponto porque os autores sugerem uma associação entre a erotofilia e a motivação para adquirir conhecimentos sobre sexualidade. Assim, os professores mais erotofílicos procurarão ter e possivelmente terão mais conhecimentos sobre sexualidade, e os professores mais erotofóbicos não terão uma inclinação para procurar conhecimentos pelo que terão menos. Compreende-se, assim, que os conhecimentos não dependam necessariamente da formação inicial ou complementar do professor.
- Quanto à formação inicial (académica), os que possuem formação específica na área (os provenientes de cursos universitários de biologia e disciplinas afins) revelam mais conhecimentos, maior percepção dos seus conhecimentos e maior probabilidade de atribuir elevada importância



aos vários tópicos da ES. A percepção da adequação da formação científica no âmbito da ES é relevante pois naturalmente o professor que sente que tem competência científica adequada aborda a ES mais frequentemente e eficazmente do que o que não sente. Do mesmo modo influi a formação (e a percepção da mesma) a nível da didáctica e da pedagogia. Uma vez que são apontadas metodologias participativas e, dum modo geral, os professores não se sentem preparados para este tipo de metodologias por terem menos formação e experiência, têm tendência a substituir estas por outras mais centradas no próprio, acabando por reduzir o sucesso da ES.

- A formação complementar pode ser uma resposta com consequências práticas muito importantes ajudando a estabelecer uma ponte entre a teoria e a prática lectiva e, inclusivé, permitindo colmatar deficiências da formação pessoal e inicial, seja a nível de informação ou competências. Este tipo de formação torna-se ainda mais relevante porque, de acordo com o relatório do GTES (2005), qualquer professor, independentemente da formação inicial, poderá leccionar ES desde que tenha formação complementar específica e conhecimentos de supervisão pessoal.

Reis (2003) afirma que não menos importante que a formação é a experiência em ES, e que esta evidencia uma associação, não só com os conhecimentos do professor, mas também com o conforto e as atitudes deste. Firestone (1994) prova que os professores com mais experiência de ES utilizam mais estratégias participativas do que os outros.

A percepção que o professor tem da importância e atitude que alunos, pais, colegas, direcção executiva e comunidade têm em relação à ES e à sexualidade, ou seja, a percepção que o professor tem da existência e força de apoios e obstáculos vai influenciar a sua postura relativamente à ES, por exemplo evitando abordar temas que possam despoletar consequências negativas.

A capacidade de estabelecer um bom relacionamento entre professor/alunos e alunos/alunos é determinante para possibilitar um clima de aprendizagem em que se possam desenvolver competências e saberes vários. Refere-se mesmo que se deve discutir constrangimento e insegurança, limites à exposição pessoal e confidencialidade.

1.4. Turma

A constituição mista da turma é facilitadora do sucesso da ES por estar directamente relacionada com um dos objectivos específicos da ES: "a promoção de igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres" (*Linhas Orientadoras*, 2000). Assim, é de grande importância por facilitar a compreensão das atitudes e comportamentos dos dois sexos e, simultaneamente, possibilitar o treino da comunicação entre sexos – por exemplo sobre o uso do preservativo. Alguns autores referem mesmo que os alunos têm mais dificuldade em sair de discursos estereotipados quando inseridos num grupo – turma monossexual.

1.5. Alunos

Os factores de sucesso da ES em meio escolar estão, naturalmente, dependentes dos alunos. De



um modo geral, se o aluno não for cooperante e pró-activo não há pré-requisitos para o sucesso da ES. De facto, para os alunos usufruírem efectivamente da ES e adoptarem estilos de vida saudáveis, têm que estar motivados para a mudança, o que implica aquisição de conhecimentos – especialmente os preventivos –, percepção de vulnerabilidade (ou risco) e controlo, e avaliação da eficácia do comportamento protector.

Para além das competências relativas à sexualidade, os alunos têm que ter percepção que as substâncias ilícitas aumentam a probabilidade de se envolverem em comportamentos de risco, sugerindo-se que a ES se estenda à educação de comportamentos saudáveis, à Educação para a Saúde.

2. Relativamente aos Recursos Materiais, os factores identificados como de sucesso da ES são a existência de um manual escolar fácil de utilizar, motivador e previamente testado; a utilização de meios audiovisuais; a rentabilização do computador e das Tecnologias de Informação e Comunicação, e o acesso a preservativos.

Só através da avaliação sistemática e efectiva dos programas de ES será possível, cada vez mais e melhor, compreender os factores que, efectivamente, promovem o sucesso da ES, pelo que, mesmo indirectamente, a avaliação é factor de sucesso da ES em meio escolar.



Bibliografia

Teste Saúde. (2006). Portugueses satisfeitos mas em risco. *Teste Saúde*, 60, 18-23. *Deco Proteste*.

Firestone, W. (1994). The content and context of sexuality education: An exploratory study in one state. *Family Planning Perspectives*, 26 (3), 125-131.

Ministério da Educação. (2005). *Relatório Preliminar* do Grupo de Trabalho de Educação Sexual (GTES). www.dgidec.min-edu.pt

Lemos, M. E. (2002). O papel dos conhecimentos e atitudes sobre sexualidade como pré-requisitos para comportamentos saudáveis. *Sexualidade & Planeamento Familiar*, 33, 43-49.

López, F. (1990). Conceito e Objectivos da Educação Sexual. *Sexualidade e Planeamento Familiar*. 47/48, 14-15.

Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Associação para o Planeamento da Família e Centro de Apoio Nacional – CAN Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde (2000). *Educação Sexual em Meio Escolar – Linhas Orientadoras*. Lisboa: ME/MS/APF/CAN.

Reis, M. H. (2003). *A Educação Sexual nas Escolas Portuguesas: os professores como actores na sua implementação*. Dissertação de mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

Vilar, D. (2003). *Falar Disso: A Educação Sexual nas Famílias dos Adolescentes*. Porto: Edições Afrontamento.

Wenzlaff, T.L. (1998). Dispositions and portfolio development: Is there a connection? *Education*, 118 (4), 564-569.

Projecto Bem me QuerES na escola

DR Centro ■ *Sónia Araújo*

DR Lisboa ■ *Cristina Madeira*

DR Norte ■ *Vânia Fernandes*

DR Algarve ■ *Joana Sousa*

DR Alentejo ■ *Nelson Rodrigues*

O Projecto Bem me QuerES veio dar corpo a um novo modelo de intervenção da APF no apoio à educação sexual nas escolas, que foi iniciado em 2006 e abrangeu cerca de 50 escolas nas várias regiões do país e teve, nesse ano, o apoio financeiro da DGIDC (Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular).

O Projecto consiste no estabelecimento de uma parceria com cada escola interessada, comprometendo-se esta a organizar uma equipa que, no contexto da Educação para a Saúde, queira conceber e realizar um projecto de educação sexual na escola.

A APF compromete-se a apoiar este processo através de uma oficina de formação, com uma pequena parte de formação em sala, mas essencialmente centrada em projectos que começam a ser desenhados no início da acção e são apoiados tecnicamente pela APF ao longo do seu desenvolvimento.

1. Na sua opinião, quais os principais contributos do Projecto Bem me QuerES para a aplicação da Lei 120/99, no que se refere à realização de trabalhos e Projectos no âmbito da Educação Sexual?

DR Centro - Dado que a Lei 120/99 visa, de uma forma global, a promoção de uma vida sexual e

reprodutiva saudável, mais gratificante e responsável, consagrando para isso medidas no âmbito da educação sexual, do reforço do acesso ao planeamento familiar e aos métodos contraceptivos, o Projecto Bem me QuerES constitui-se enquanto importante ferramenta de aplicação da referida Lei. Este projecto, que apresenta como finalidade o desenho e implementação de um projecto de educação sexual nas escolas dos ensinamentos básico e secundário, contempla diversas medidas/acções que visam consagrar a Lei 120/99, nomeadamente: acções de formação a docentes (contemplando as vertentes técnica, científica, pedagógica e deontológica da educação sexual em meio escolar), acções de sensibilização à comunidade educativa (com especial incidência nos Auxiliares de Acção Educativa e Pais/Encarregados de Educação), apoio técnico ao desenho e implementação dos projectos de educação sexual, e ainda o fornecimento de materiais pedagógicos no âmbito da Educação Sexual às escolas que integram o Projecto Bem me QuerES.

DR Lisboa - Os contributos do projecto vão no sentido de uma correcta e eficaz aplicação da legislação sobre Educação Sexual, uma vez que a realização deste parece ser fundamental para a viabilidade e funcionalidade da legislação em

vigor. Desta forma, a implementação do Projecto Bem me QuerES procura:

- Proporcionar condições para a correcta e eficaz aplicação da lei;
- Estimular o desenvolvimento de referências éticas, de atitudes e valores;
- Criar condições que permitam desenvolver actividades de Educação Sexual;
- Valorizar e potenciar abordagens pedagógicas em matéria de Educação Sexual;
- Assegurar um maior acesso aos cuidados de saúde;
- Fomentar uma articulação interinstitucional e multiprofissional;
- Contribuir para a criação de Programas com vista à promoção da saúde.

Sendo a escola um lugar de construção de saberes, esta instituição não se pode distanciar de uma abordagem formal, estruturada, intencional e adequada face à sexualidade.

No fundo, o projecto Bem me querES procura definir de uma forma global os conteúdos da Educação Sexual (Lei 120/99, de 11 de Agosto), e atribuir ao Estado responsabilidades e deveres que lhe são devidos neste âmbito.

DR Norte - A Lei 120/99 e a sua regulamentação preconizavam formação a professores sobre educação sexual e o Projecto Bem Me QuerES na Escola, veio oferecer a formação básica nessa área, dotando-os de conhecimentos e competências para formalizar a educação sexual. Este Projecto/formação cria a oportunidade de em cada escola se desenhar um projecto "à medida", efectivando a educação sexual de forma interdisciplinar e transversal, tal como adiantado na Lei.

DR Algarve - Por contemplar uma componente prática de planificação e implementação de um projecto de Educação Sexual, reconhecido pelos Órgãos de Gestão da Escola e integrado no Projecto Pedagógico da Escola, o Projecto BMQES representa uma oportunidade de concretizar de uma forma reflectida, supervisionada e metodologicamente adequada, as intenções de professores e escolas de implementar a Educação Sexual, passar das intenções à prática, dando respostas adequadas às necessidades identificadas.

DR Alentejo - O Projecto Bem-me-QuerES, foi, em nossa opinião, uma mais valia em relação a trabalhos e Projectos no âmbito da promoção da saúde e comportamentos saudáveis. Sendo que deste derivam os objectivos da Lei 120/99, então logicamente o projecto acaba por contribuir também para a promoção da SSR e da Educação Sexual em Meio Escolar. Especificando um pouco mais, o que se constatou ao nível do trabalho desenvolvido por esta delegação é que a maioria dos docentes intervenientes no projecto não tinham uma clara percepção de como inserir conteúdos de ES nas suas disciplinas, sempre que estas não eram centradas em conteúdos biológicos. Neste sentido, um dos maiores contributos prestados ao nível da implementação da ES em meio escolar foi indubitavelmente a clarificação das temáticas pertencentes ao domínio da sexualidade, o que possibilitou a introdução de conteúdos de ES em contextos diferenciados, como por exemplo aulas das disciplinas de Filosofia, Português, Estudo do Meio (1º Ciclo), Educação Visual e Tecnológica entre outras.

Por outro lado, não podemos deixar de salientar o importante progresso realizado junto dos docentes ao nível da *segurança* e *auto-confiança* para a



implementação de actividades/intervenções junto dos seus alunos. O que invariavelmente se encontrou foi uma situação de receio em relação à abordagem da ES. Contudo, a apresentação de estratégias de intervenção em meio escolar, conjuntamente com a segurança transmitida pelos técnicos do projecto favoreceram as intervenções por parte dos docentes.

2. De uma forma geral, como tem sentido a motivação dos docentes face à expectativa de desenvolverem acções junto dos alunos, no âmbito da Educação Sexual?

DR Centro - No cômputo geral, os docentes mostram-se motivados face ao desenvolvimento de acções de educação sexual junto dos seus alunos, na medida em que as consideram importantes e incontornáveis. Porém, apresentam em simultâneo alguns receios no trabalho nesta temática, nomeadamente no que respeita à opinião dos pais/encontrados de educação acerca da forma como a temática será abordada (em particular, nota-se uma preocupação evidente com a questão ética/deontológica que a educação sexual nas escolas implica). É ainda de salientar a parca formação que os docentes percebem possuírem nesta temática, nomeadamente em termos de metodologias e técnicas de abordagem da educação sexual.

DR Lisboa - Os docentes de uma forma geral têm-se envolvido o mais possível no projecto e têm reflectido boas expectativas face à possibilidade de desenvolverem trabalho junto dos alunos. Alguns professores tiveram mesmo um papel activo e dirigiram-se à APF para pedir apoio para a implementação de actividades ou projectos na própria escola. Na maioria dos casos, foi sentida a necessidade

de formação na área da Educação Sexual, o que naturalmente se compreende.

No entanto, alguns docentes manifestam um certo receio e/ou insegurança em “não estar à altura”, face a situações que possam surgir e que estes verbalizam como “difíceis”.

Outro receio tem a ver com temerem alguma incompreensão por parte dos pais, relativamente à abordagem do tema junto dos seus filhos.

DR Norte - Verificou-se, de facto, alguma resistência inicial, por parte dos professores, a aderirem ao Projecto e ao desenvolvimento de acções, nesta área, o que se justificou pelas alterações no sistema educativo. Em cada escola, a motivação para efectivação da educação sexual era sentida por alguns (poucos) professores que incentivavam outros. De facto, no universo de cada escola, onde leccionam muitas dezenas de professores, a percentagem de motivados para a educação sexual é (ainda) reduzida.

A dificuldade mais sentida pelos professores, no que respeita à educação sexual, é a falta de formação específica. Sem formação teórica e prática, assumem que lhes falta segurança e *know-how* para a introduzir nos currículos e nas actividades extracurriculares, e em consequência surgem atitudes de resistência e de não envolvimento. A partir do momento em que os professores têm formação específica e apoio para desenhar projectos e actividades, a motivação cresce de forma exponencial.

DR Algarve - O projecto foi no geral bem aceite sendo que alguns dos professores que participaram mostraram-se muito motivados para trabalhar formalmente na Educação Sexual. Houve, no entanto, algumas resistências à metodologia de



projecto e à celebração de um compromisso para a implementação das actividades planificadas no âmbito do projecto.

DR Alentejo - Considerando a forma como decorreu o projecto na região Alentejo, julgo ser correcto afirmar que a motivação por parte dos docentes essencialmente deriva de 3 factores:

- a) Necessidade sentida pelos docentes;
- b) Divulgação do projecto e incentivos prestados pela escola;
- c) Inexistência de sistema de atribuição de créditos;

Julgo que os factores são explícitos só por si, contudo, aproveitando o momento de reflexão para aprofundar este esclarecimento, o que se constatou foi que, junto dos professores com os quais se desenvolveu o projecto o primeiro motivo, para a participação no projecto foi a necessidade que os mesmos sentiam em relação a problemáticas do quotidiano. Assim, logicamente, os professores que apresentavam relatos de mais situações que envolvessem sexualidade apresentavam uma maior predisposição para frequentar a acção, e implementar o projecto. Por oposição, os docentes "convocados" pelo conselho executivo, ou que frequentaram a acção por proximidade com outros docentes, apresentavam genericamente ao início da acção uma motivação diminuta em comparação com os primeiros.

A divulgação e as facilidades dadas aos docentes para a participação na acção (*i.e.* incentivos como poderem ausentar-se de determinadas reuniões) são factores preponderantes para a participação dos técnicos de educação neste género de acções, sendo que uma boa divulgação na escola

associada à facilitação para a participação na acção aumentará o número de participantes, bem como o seu grau motivacional.

Por último, não sendo factor de menor importância, a inexistência de atribuição de créditos foi, no que respeita ao trabalho desenvolvido pela Delegação factor preponderante no que concerne à motivação apresentada. Ou seja, o facto de não existir qualquer reforço externo levou a que os grupos constituídos fossem formados quase exclusivamente por professores que realmente desejavam participar e implementar intervenções no campo da E.S. Este facto levou a que os professores se apresentassem desde cedo intrinsecamente motivados, levando isto a uma maior e melhor participação dos elementos dos grupos, o que privilegiou a coesão grupal, favorecendo a constituição de núcleos promotores de E.S.

3. Quais as principais dificuldades que tiveram no desenvolvimento deste projecto nas escolas?

DR Centro - As principais dificuldades encontradas prendem-se com o enquadramento das horas destinadas à formação e apoio técnico no horário de trabalho dos respectivos docentes envolvidos neste projecto. Outra dificuldade foi a capacidade de dar resposta às diferentes escolas, dada a evidente falta de recursos humanos e materiais de que dispúnhamos para efectivar o Projecto Bem me QuerES. Finalmente, houve ainda dificuldade em cumprir os prazos estipulados para o desenho e implementação dos projectos de educação sexual desenhados pelas escolas, dado o parco tempo de implementação deste projecto, em conjugação com o facto de apenas haver um técnico a dar resposta às diferentes escolas do projecto.





Formação de Professores na EB 2, 3 com Secundária Cunha Rivaro - Arraiolos (2006)

DR Lisboa - Por um lado, a escassez de recursos humanos no projecto (sendo apenas um técnico ligado ao projecto, "perde-se" um espaço importante de partilha e de reflexão); outra dificuldade prende-se com a pouca disponibilidade de horário dos docentes.

A maior parte das escolas privilegia a Quarta – Feira para formação, fazendo com que as diversas calendarizações sejam muito intervaladas... pois estamos a falar de diversas escolas a desejarem os trabalhos no mesmo dia! E cada mês tem apenas 4 Quartas-Feiras!

A instabilidade de apoio financeiro, é sem dúvida uma real dificuldade à realização e continuação dos trabalhos, facto que muito lamentamos.

DR Norte - A dificuldade mais sentida prendeu-se com as diferenças de horário dos vários profes-

sores de cada escola, tendo dificultado o agendamento das 25 horas de formação e impedindo que o grupo inicial se mantivesse em todos os módulos da formação.

DR Algarve - Indisponibilidade de alguns professores para trabalhar especificamente nesta área e a falta de tempo para participar na acção.

DR Alentejo - Desde já salientamos o pouco tempo dado para execução de todo o projecto, constatando-se que meio ano lectivo não é suficiente para a constituição sólida dos núcleos de docentes. Por outro lado, muitas vezes, por questões orgânicas das escolas a divulgação não chegava a todos os docentes, sendo essa uma queixa frequente por parte dos grupos participantes. Outra dificuldade constatada, ultrapassada exclu-

sivamente pela disponibilidade dos técnicos, prende-se com os tempos dedicados à formação. Ou a formação coincidia com períodos não lectivos (final e início de ano lectivo) ou maioritariamente teria de ocorrer em contexto pós-laboral.

5. De que forma o *Projecto Bem me QuerES* confere competências técnicas aos professores para o trabalho efectivo da Educação Sexual em meio escolar?

DR Centro - O *Projecto Bem me QuerES* contempla diversificadas estratégias de trabalho com os docentes, que visam dotar esta população de competências técnicas e pedagógicas ao nível do desenvolvimento de acções de educação sexual junto dos seus alunos.

Assim, destaca-se o programa da acção de formação destinada a docentes, que contempla 12 horas de formação presencial, bem como 13 horas de desenho de projecto e formação e supervisão centradas nas actividades previstas pelo projecto.

Na formação inicial prevê-se o desenvolvimento de competências técnicas e pedagógicas ao nível da implementação da educação sexual em meio escolar. Desta forma, são abordados os conceitos de sexualidade e de educação sexual, no sentido de os desmistificar junto destes agentes educativos. São igualmente trabalhados os objectivos da educação sexual (ao nível dos conhecimentos, dos sentimentos e atitudes e das competências individuais), bem como os conteúdos da educação sexual, presentes nas diferentes disciplinas que integram o currículo dos alunos. Por outro lado, através da discussão acerca das formas de implementação da Educação Sexual nos currículos, promove-se uma efectiva articulação do projecto

de ES com o *Projecto Educativo da Escola/Agrupamento* em questão.

A questão dos valores em educação sexual é igualmente trabalhada com os docentes, procurando-se igualmente desenvolver nestes competências a nível pessoal que lhes permitam o salubre desenvolvimento de acções de educação sexual junto dos seus alunos.

São ainda trabalhados os métodos e técnicas pedagógicas mais adequados ao trabalho nesta temática, procurando-se desenvolver nos docentes competências pedagógicas que lhes permitam obter autonomia no desenvolvimento deste tema, dentro da sua disciplina, bem como em contexto não curricular (nomeadamente em actividades extra curriculares e nas áreas curriculares não disciplinares), por forma a contribuir para o desenho de um projecto de educação sexual articulado e continuado na escola, que preveja igualmente o trabalho com outras entidades/educadores da comunidade educativa em questão.

Finalmente, são ainda trabalhadas junto dos docentes competências específicas ao nível da metodologia de projecto, no sentido de possibilitar e garantir o desenho de um projecto de educação sexual integrado na área mais vasta da educação para a saúde, a ser integrada nos respectivos *Projectos Educativos da escola/agrupamento*.

Pelo exposto, pode concluir-se que o *Projecto Bem me QuerES* dota os professores de competências técnicas, pessoais, científicas e pedagógicas, necessárias ao desenho e implementação de um programa de educação sexual efectivo nas escolas e agrupamentos dos ensinos básico e secundário, conforme o previsto na Lei 120/99.

DR Lisboa - O *Projecto Bem me QuerES* pretende realizar nas escolas um trabalho estruturado e



continuo de forma a sensibilizar os professores para a necessidade da educação sexual, debater e clarificar diversos aspectos da educação sexual, debater estratégias possíveis de inclusão da educação sexual na escola, identificar necessidades de formação, entre outras.

Após esta formação os professores serão capazes de motivar os alunos para a temática da Educação Sexual, envolvê-los em hábitos de pesquisa e procura de informação correcta sobre contracepção, IST's, gravidez na adolescência, relações interpessoais, entre outras. Será então possível responderem de forma adequada a questões colocadas pelos alunos, bem como implementar projectos no âmbito da Educação Sexual em meio escolar, e articular respostas com outros técnicos e serviços. O papel do professor não será o de um especialista em Educação Sexual, mas antes o papel de um profissional devidamente informado sobre a sexualidade. No fundo, este técnico será alguém que já teve a oportunidade de reflectir sobre a sexualidade e as várias dimensões associadas.

DR Norte - O Projecto Bem Me QuerEs na Escola dota os professores de conhecimentos básicos e de competências técnicas básicas para o desenvolvimento de acções de Educação Sexual. O conteúdo programático aborda teoria de sexualidade, educação sexual e educação para a saúde, produz oportunidades de clarificação de atitudes e valores e de treino de competências específicas para o desenvolvimento de acções e para responder às necessidades educativas de cada ciclo de ensino.

Outra vantagem deste projecto é também o facto de a APF se tornar um parceiro daquela escola e, portanto, a formação de 25 horas poder ser o início de uma relação que se deseja manter,

estando sempre em contacto e apoiando (com mais formação, materiais, supervisão).

DR Algarve - A componente teórica, embora com um tempo reduzido, conferiu a oportunidade de reflexão e reformulação de conceitos e princípios fundamentais bem como de atitudes perante a sexualidade, objectivos, conteúdos e metodologias da Educação Sexual. Por outro lado, a componente prática permitiu efectivar a implementação de projectos com supervisão por parte da APF o que, no geral, permitiu aos professores treinar e adquirir novas competências nomeadamente ao nível metodológico.

DR Alentejo - A transmissão de conhecimentos *securizantes* será uma pedra fundamental neste processo. A afirmação de que os docentes são profissionais/técnicos de educação plenamente capazes de implementar temas de ES nas suas aulas é essencial e o factor mais relevante ao nível dos docentes. Relativamente a competências técnicas propriamente ditas, existem de facto alguns conteúdos, nomeadamente ao nível do desenvolvimento biopsicossocial do aluno, que favorecem o trabalho dos docentes ao nível da ES. Outros conteúdos abordados foram realçados como igualmente importantes por parte dos docentes, como por exemplo as dinâmicas de grupo para trabalho com os alunos.

5. De que forma o Projecto Bem me querES poderá promover uma ligação complementar entre a escola e a família?

DR Centro - O Projecto Bem me QuerES prevê a promoção da ligação efectiva e complementar entre Escola e Família ao nível da Educação Sexual de variadas formas.

Por um lado, esta articulação é sublinhada na sua importância e imprescindibilidade ao nível da formação inicial dos docentes envolvidos no Projecto. Assim, são trabalhadas formas de articulação efectiva entre a escola e a família a este nível.

Por outro lado, o Projecto Bem me Queres prevê ainda acções de sensibilização destinadas aos diversos agentes da comunidade educativa, de entre as quais se destacam as acções destinadas aos pais/encarregados de educação. Estas acções têm como finalidade obter o envolvimento activo dos pais/encarregados de educação no projecto de educação sexual da escola/agrupamento. Desta forma, procura-se informar a família acerca do projecto da escola, bem como desmistificar a educação sexual, insistindo na complementaridade de papéis que escola e família assumem neste âmbito.

Finalmente, o Projecto Bem me QuerES contempla ainda o apoio técnico ao desenho e implementação dos projectos de educação sexual das escolas, o que implica, entre outros aspectos, a supervisão na articulação prevista pelo projecto de educação sexual entre escola e família.

DR Lisboa - Tendo em conta o importante papel da família e tendo presente que a Educação Sexual é um processo amplo e global, não podemos esquecer a interacção: *Jovem – Família – Escola – Comunidade Envolvente*.

É por isso inquestionável a importância da família na Educação Sexual das crianças e dos jovens. Através deste projecto, é possível envolver os pais e encarregados de educação nas práticas e projectos de educação sexual a decorrer na escola dos seus filhos.

Esta parece-nos uma medida importante, de forma a tornar possível que os progenitores conheçam

os objectivos de educação sexual, bem como facilitar uma maior proximidade com os projectos curriculares dos seus educandos.

Cooperar com os pais na educação dos filhos e garantir o respeito pela liberdade individual de cada um, é na verdade um dos objectivos esperados do Projecto Bem me QuerES.

DR Norte - Um dos objectivos de cada projecto de educação sexual desenhada em cada escola é envolver os pais no processo e no projecto. Assim, a formação de 25 horas também encoraja e apoia os encontros informais e formais com as associações de pais e com as famílias dos alunos, no sentido de estes serem parceiros no projecto educativo.

DR Algarve - A APF promove constantemente uma adequada articulação entre a escola e a família, indicando-a como uma das fases essenciais no desenho e implementação de um projecto de Educação Sexual. Os projectos delineados no âmbito do BMQES deveriam prever esta articulação.

DR Alentejo - Em nossa franca opinião, este projecto não pode, nem deve, promover a ligação escola-pais. Isto porque essa é, claramente, uma problemática transversal às escolas, dependendo em muito da sua cultura organizacional. Como tal, as escolas, e os pais e Encarregados de Educação, devem procurar formas de se relacionarem, independentemente do Bem-me-QuerES. Existiram contudo experiências positivas a este nível, desde a apresentação de um pré-projecto que pressupunha a articulação Escola-família, e a participação activa de técnicos de educação em sessões de esclarecimento para Pais e EE's, sendo estas situações notoriamente devidas à estrutura da



própria escola. Assim, em conclusão, verificamos que, apesar de aparentemente o projecto poder favorecer a articulação escola-família, esta deve ser promovida pelos elementos constituintes do sistema escola e de uma forma permanente. Nas escolas onde não se verificava o mínimo de articulação com pais e EE's as sessões de esclarecimento dirigidas a estes tiveram níveis de participação demasiadamente baixos.

6. Referencie três escolas que se envolveram de forma efectiva neste Projecto.

DR Centro - De entre as 12 escolas que se envolveram no Projecto Bem me QuerEs na Região Centro destacam-se, pelo seu empenho e persistência no desenvolvimento de um projecto articulado e continuado ao nível da educação sexual, as escolas:

- Escola EB 2, 3 do Viso (Viseu)
- EB 2,3 D. João II (Caldas da Rainha)
- Agrupamento a Lã e a Neve (Covilhã)

DR Lisboa:

- Escola Secundária Cacilhas – Tejo (Almada)
Professora Custódia Cunha
- Escola Secundária Anselmo de Andrade (Almada)
Prof^a Luísa Varela
- Escola Secundária Daniel Sampaio (Sobreda)
Prof^a Ana Paula Velez

DR Norte:

- EB 2,3 Prof. Dr. Egas Moniz (Avança)
- EB 2,3 de Baltar
- EB 2,3 de Paranhos

DR Algarve:

- Escola E.B 2,3 nº2 de S. Pedro Mar de Quarteira
- Escola E.B 2,3 Dr. José Alberto Iria de Olhão
- Escola E.B 2,3 Prof. José Buisel de Portimão

DR Alentejo - Tal como constante no relatório final referente a este projecto, foram 8 as escolas participantes no projecto ao nível da Região Alentejo. Infelizmente, não nos será possível referenciar apenas três escolas que se tenham *envolvido de forma efectiva* no projecto, uma vez que em todas as 8 os docentes participantes realizaram todas as actividades propostas, elaborando os respectivos projectos de intervenção. Assim, não seria adequado caracterizar uma escola como *efectivamente participativa*, pois em todas elas os técnicos envolvidos participaram de forma francamente activa.

Alguma actividade que tenha ficado por realizar, ou a inexistência de acompanhamento *a posteriori*, que permitisse um outro tipo de avaliação do projecto não deve ser remetida à responsabilidade da escola ou dos seus docentes, mas sim à entidade financiadora do projecto, uma vez que ao indisponibilizar novas verbas para um maior acompanhamento técnico junto das escolas, impediu a estabilização das actividades e a solidificação de grupos de trabalho.

A experiência de Elisabete Carriço

■ Psicóloga/Professora ■

Lembro-me que desde criança fui obtendo respostas às questões relacionadas com a sexualidade junto dos meus pais, principalmente da minha mãe, familiares e professores.

O facto de ter nascido e vivido até aos 24 anos no Brasil influenciou a minha educação sexual, contribuindo para que encarasse os assuntos relacionados com esta importante dimensão humana de forma natural e, com alguma frequência, humórica.

Guardo com nitidez na minha memória situações que me marcaram, embora só faça referência a três. Uma, deve ter acontecido por volta dos meus 4/5 anos quando, perante a pergunta de onde vinham os bebés, me explicaram a “história da sementinha”. A outra refere-se à explicação que me deram antes de ficar menstruada, esclarecendo algumas crenças associadas, o que foi complementado, de forma mais técnico-científica, por uma intervenção que decorreu no colégio desenvolvida pela Johnson & Johnson e na qual as alunas podiam colocar todas as questões que desejavam, em voz alta ou através de uma “caixa de perguntas”.

Já como professora, na década de 70, em exercício de funções em Portugal, verifiquei que havia ainda muitos constrangimentos por parte de professores, pais e alunos na abordagem de questões de educação sexual. Recordo-me, no entanto,

de ter frequentado em 1978, num colégio particular em Rio de Mouro/Sintra, um Curso sobre “Sexualidade Humana” que para além da transmissão de conhecimentos técnico-científicos incluía, também, um conjunto de actividades para serem desenvolvidas junto dos alunos.

Será de referir o facto da minha intervenção educativa, durante alguns anos, ter decorrido junto de alunos do Ensino Especial, portadores de deficiência mental, o que me proporcionou uma visão mais global da sexualidade humana. Estas pessoas, tal como as consideradas normais, são seres sensuais e sexuais e, por conseguinte, têm as mesmas necessidades de informação e formação, a fim de desfrutarem a sua sexualidade com respeito pelo seu corpo e com a responsabilidade possível.

Numa outra fase, actuando como psicóloga, num colégio particular durante 13 anos, com alunos dos 3 aos 9/10 anos, confrontei-me com uma multiplicidade de questões relacionadas com as diferenças anatómicas entre meninos e meninas e a origem dos bebés, colocadas pelos alunos da Educação Pré-escolar, e com a identidade sexual e de género pelos do 1º Ciclo do Ensino Básico, principalmente pelos alunos dos 3º e 4º anos de escolaridade.

Nesse contexto educativo desenvolvi/desenvolvemos um conjunto de acções junto de Pais/Encar-



regados de Educação, Educadoras/Professoras e restantes funcionários, sobre desenvolvimento humano dando relevo à dimensão da sexualidade e alertando para alguns procedimentos a ter em conta para que as crianças percepcionassem a sexualidade de forma natural e positiva, por meio da informação científica e, principalmente, através dos modelos com os quais se identificavam.

Apesar de ter frequentado, ao longo da década de 80/90, algumas acções de formação pontuais no âmbito da Educação Sexual sentia necessidade de algo mais abrangente ao nível do aprofundamento de conteúdos e de metodologias de intervenção. Foi, então, com muita satisfação que em 1999 fui aceite na Acção "Formação de Formadores em Educação e Aconselhamento sobre Sexualidade" da Associação para o Planeamento da Família (APF), com um total de 262 horas.

Esta acção constituiu um marco no meu percurso na área da Educação Sexual possibilitando a coordenação de um projecto de Educação Sexual numa Escola Básica do 2º e 3º ciclos e o desenvolvimento de acções de formação em alguns Centros de Formação de Professores, em Empresas privadas e na própria APF.

No âmbito da referida acção de formação da APF surgiu o Projecto "Espaço Adolescer" que foi implementado na Escola Básica 2, 3 da Bobadela, com início no ano lectivo de 1999/2000, em parceria com Associação para o Planeamento da Família (APF) e a Liga Portuguesa Contra a Sida (LPCS). No primeiro ano foram desenvolvidas 9 acções de informação /sensibilização, três para cada um dos seguintes destinatários: Pais/Encar-

regados de Educação, Professores e Auxiliares de Acção Educativa/Administrativos. No segundo ano foi aberto o Gabinete de Atendimento para os alunos e realizadas acções complementares para Pais/Encarregados de Educação e alunos, envolvendo convidados especialistas na área, para um maior enriquecimento de saberes. No terceiro – 2001/2002- foi realizada uma Oficina de Formação, creditada e acreditada, em articulação com o Centro de Formação de Professores de Loures Oriental, para Professores e Psicólogos (SPO) da E. B. 2,3 da Bobadela e de outras escolas da Área Pedagógica.

O trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Sexual, tal como tantos outros trabalhos em outras áreas, encontram alguns (por vezes muitos) obstáculos no seu percurso. Uns de fácil resolução, outros mais difíceis de superar, mas o empenho e a dedicação de algumas pessoas, mesmo que não sejam muitas, conseguem fazer com que os mesmos sejam ultrapassados e com que os objectivos sejam atingidos.

Todas as acções referidas, designadamente o "Espaço Adolescer" que funciona há 8 anos, têm vindo a demonstrar que vale a pena apostar na Educação Sexual em meio escolar na perspectiva da promoção da saúde, porque a Escola constitui, depois da família, uma das principais instâncias de socialização na qual as crianças e os jovens vivem um processo de construção da sua identidade pessoal e social e porque o processo educativo global e harmónico pressupõe um conjunto de agentes de socialização actuando de forma articulada, complementar e adequada às especificidades dos (s) destinatário (s).



A experiência irlandesa

Niall Behan

■ Chief Executive, Associação Irlandesa para o Planeamento da Família (IFPA) ■

O Contexto Geral do País

Antes da independência da Grã Bretanha, existia na Irlanda informação sobre contraceção, mas, em 1929, todas as publicações relacionadas com contraceção foram banidas. No final da década de 1980, o governo irlandês não tinha uma política formal de Educação Sexual. Uma série de casos mediáticos e trágicos levou a que a Educação Sexual passasse a fazer parte do debate político e fez surgir um aumento de esforços para assegurar a sua disponibilização.

Até aos anos 1990, a Educação Sexual era apenas uma disciplina opcional no sistema educativo e era dada, quando era, de forma descoordenada, como uma manta de retalhos.

Após a publicação, em 1995, do Livro Branco do governo sobre Educação, foi desenvolvido um currículo separado, Educação para a Saúde Social e Pessoal (ESSP), que incluía Relações e Educação Sexual (RES).

Na Irlanda, chama-se à Educação Sexual "Relações e Educação Sexual" (RES). A ESSP foi introduzida em 1997, sendo obrigatória na instrução primária desde o Outono de 2003. Ainda não é obrigatória no nível secundário, mas é "requerida" como tema. É, por vezes, ensinada como tema isolado ou em conjunto com outros temas, como a Biologia e a Educação Religiosa. As escolas são

responsáveis por ensinar RES e ESSP, mas a Constituição Irlandesa estabelece que cabe aos pais a principal responsabilidade pela educação dos filhos. Os pais podem retirar os filhos de RES/ESSP, embora a grande maioria apoie o programa. O RES é disponibilizado num cenário de "escola total". A política sugere que o programa de RES seja implementado através da ESSP, mas em certas escolas o RES é disponibilizado como um tema isolado ou integrado noutras disciplinas.

O coordenador de ESSP tem o apoio de equipas que funcionam em parceria com o Departamento de Educação e Ciência (DEC) e o Departamento de Saúde na Infância.

Outras entidades exteriores à escola (mais frequentemente a "Accord" – uma organização católica de apoio ao casamento - mas também a IFPA) são também utilizadas para disponibilizar RES/ESSP, embora ao professor caiba a responsabilidade final. Os métodos de ensino diferem de escola para escola, e vão desde o uso de auxiliares visuais e guias até aulas mais formais. O RES inicia-se quando as crianças têm 4 ou 5 anos de idade, quando o enfoque reside no respeito próprio e na interação social e se desloca depois para a segurança e para o auto-conhecimento. Nos níveis de ensino imediatamente a seguir ao básico, o conteúdo recomendado de RES desenvolve-se em três temas que se sobrepõem:



Crescimento e Desenvolvimento Humano, Sexualidade Humana e Relações Humanas.

Recomenda-se uma aula de RES por semana. O Conselho Nacional para Currículos e Avaliação (NCCA) encoraja o trabalho de grupo e a aprendizagem de experiências.

Regulamentação Estatutária da Educação Sexual

O Acto da Educação de 1998 é o suporte do enquadramento estatutário para a prestação de RES/ESSP na Irlanda. O Acto prevê "opção pela recusa" de aspectos do programa que não se adequem à ética das escolas individualmente. Assim, embora a política seja de âmbito nacional, esta abordagem implica a existência duma grande variação entre as escolas no conteúdo de oferta do programa.

O Departamento de Educação e Ciência (DEC) concebeu o programa RES/PSHE. A sua implementação tem sido monitorizada pelo DEC desde o seu início, mas, apesar de ir gradualmente melhorando, a implementação em todas as escolas e salas de aulas não foi conseguida.

São estabelecidos padrões mínimos para a Educação Sexual, que são delineados nas linhas de orientação curricular tanto a nível do ensino básico como do pós-básico. É importante notar que as linhas de orientação curricular e materiais auxiliares disponibilizados pelo Departamento de Educação permitem inclusões e exclusões opcionais de determinadas lições sobre estes temas, o que pode afectar grandemente a disponibilização ou não de Educação Sexual abrangente. Nem a ESSP nem o RES

são disciplinas sujeitas a exame e não há um processo de avaliação objectivo. Está a ser desenvolvido pelo Departamento de Educação um novo currículo para ESSP nos ciclos posteriores ao básico.

Aceitação Pública da Educação Sexual e Atitudes Oficiais

Até muito recentemente a Educação Sexual era controversa na Irlanda e a influência da religião nas escolas é forte. As sondagens de opinião mostram agora haver mais de 90% de apoio público ao ensino da Educação Sexual.

Não existe monitorização global daquilo que está ou não está incluído na oferta de RES, mas uma pesquisa evidencia que o ensino da matéria se mostra inadequado ou ausente. A investigação mostra que os jovens são particularmente críticos em relação à Educação Sexual que recebem na escola. Os jovens referem frequentemente que têm um entendimento e uma abordagem mais abrangente das questões do que os professores e que muita da Educação Sexual tem lugar depois de já se terem tornado sexualmente activos.

Todos os que apostam no programa estão de acordo em que a sua implementação é descoordenada e o seu conteúdo permite discriminar as aulas a incluir. Este aspecto discriminatório, particularmente ao nível pós-básico, pode significar que nem a todos os alunos é disponibilizada uma Educação Sexual abrangente.

Os professores queixam-se frequentemente de que o currículo escolar já está excessivamente preenchido e que a Educação Sexual, ao competir com outras disciplinas, perde.

Jogos de namorar

Memória Descritiva

1. Materiais didáticos incluídos

A. Doze jogos de mesa (1), conjunto de actividades operacionalizadas sob orientação da professora Filomena Pires, em parte, a partir de publicações da responsabilidade da ONUSIDA/Comissão Nacional da Luta Contra a Sida (2) e supervisionada por técnicos da Associação para o Planeamento da Família.

Estes jogos são constituídos por diversas actividades estruturadas em dilemas ou situações problemáticas que, através da interacção, abrangem os domínios de informação, e desenvolvimento das competências cognitivas, competências afectivas e sociais.

B. Uma canção Rap “Toma e Utiliza”, de sensibilização para a dupla protecção:

**De menina à mulher
Tens caminhado em
Confusões, incertezas, receios
Tens passado e ultrapassado,
Transformações no teu corpo
E na tua mente.**

**Pensas que já chegou
A hora de ter uma
Relação íntima com o
Teu companheiro?**

**Por isso escuta o meu
Conselho...**

**Utiliza a pilula
Que vai ajudar-te
A proteger-te contra
Gravidez indesejada.**

**Mas não te vai proteger
Contra as IST's**

**Jovem não queiras por
Um momento de prazer
Ver a tua vida estragada**

**Por isso escuta...
Utiliza o preservativo
Porque é o melhor
Método contraceptivo**

**Camisinha tens que usar
A pilula tens que tomar
As IST andam por aí
E filhos indesejáveis
tens que evitar**

**Já foste alertado
Isto tudo foi improvisado
E muito suado
Ficaste alertado
A IST anda por aí**



**Podes queimar-te
Nas chamas
Deste acto
Sexo sim
Mas só se for seguro.**

**yo! IST infecções sexualmente transmissíveis
ela anda por aí
mas não é visível (3)**

2. Objectivos

- Propiciar o conflito cognitivo e a descentração no jovem;
- Promover o debate entre vários pontos de vista relativamente a questões ligadas à sexualidade e aos afectos;
- Desmistificar e esclarecer ideias pré-concebidas e/ou tabus sociais e culturais;
- Promover o relacionamento interpessoal e as competências cognitivas, afectivas e sociais a ele inerentes;
- Promover o auto e hetero-conhecimento;
- Informar e sensibilizar relativamente aos comportamentos de risco;
- Prevenir o contágio de infecções sexualmente transmissíveis;
- Contribuir para a aceitação positiva e confortável do corpo sexuado, do prazer e da afectividade nas expressões e comportamentos sexuais nas várias fases de desenvolvimento;
- Expressar os sentimentos e afectos;
- Adquirir conhecimentos sobre as várias dimensões da sexualidade;
- Desenvolver a capacidade de tomar decisões e de recusar comportamentos não desejados (assertividade);

- Desenvolver uma atitude de aceitação e de não discriminação face às expressões e orientações sexuais dos (as) outros (as);
- Desenvolver uma atitude preventiva em matéria de saúde, nos aspectos relacionados com a sexualidade, a reprodução, as infecções sexualmente transmissíveis, etc.

3. Estratégia

Formação inter-pares, explorando o questionamento, a discussão, a auto-descoberta e a reflexão.

4. Operacionalização

Os Jogos de Namorar fazem parte de um projecto que decorre em três anos lectivos (2004/05, 2005/06 e 2006/07) e curriculares (10º, 11º e 12º). Assumindo a perspectiva transdisciplinar, os alunos receberam formação para a sexualidade no decorrer do 10º Ano (ano lectivo de 2004/05), procurando operacionalizar essa formação na construção de jogos. Esta formação/construção teve continuidade ao longo do 11º Ano (ano lectivo de 2005/06), realizando-se a primeira divulgação à comunidade, por ocasião do Dia dos Namorados.

Ao longo de todo o dia, e durante dois dias, várias turmas visitaram a sala, preparada para o efeito. Neste local, os alunos acolhidos ao som do rap "Toma e Utiliza", eram distribuídos por mesas com cerca de cinco alunos e um dinamizador. Este tinha como papel introduzir a temática da educação para a sexualidade e especificamente para os afectos, apresentar o jogo e esclarecer

algumas regras essenciais para a sua realização. No decorrer do jogo e num ambiente envolvente conseguido através da música relaxante e tranquila, dos cheiros e das cores, o dinamizador promovia o debate, sempre num equilíbrio de comportamentos de apoio e de desafio. Em cada mesa estavam jogos diferentes que abordavam diversas problemáticas exploradas de diferentes formas. A sessão terminava com a tentativa de aprender a cantar o rap "Toma e Utiliza" e a distribuição de documentação informativa cedida pelo CAD de Viseu, o IPJ (Viseu) e a APF do Centro.

As actividades do Dia dos Namorados, incluíram também a realização do espectáculo de teatro-debate "Nem muito simples... nem demasiado complicado", excelente complemento para os jogos, e da responsabilidade, em Portugal, da Comissão Nacional da Luta Contra a Sida.

No ano lectivo corrente, dada a circunstância de grande parte dos alunos envolvidos neste projecto serem angolanos, o grupo foi sensível à construção de uma versão tida como mais ajustada a características culturais africanas. Esta versão foi imediatamente apoiada pelo projecto "Lusofonias" (4) ganhando assim, um horizonte mais vasto e um público mais específico – o da lusofonia. O primeiro passo deste projecto concretiza-se na edição dos jogos que se apresenta a concurso. Os passos seguintes serão todos aqueles que o projecto "Lusofonias" abarcar, nomeadamente a troca de experiências com os PALOP's.

5. Destinatários

Alunos do terceiro ciclo do ensino básico (nono ano) e do ensino secundário (10º, 11º e 12º anos), podendo ser aplicados a qualquer público de adultos (Auxiliares de acção educativa, docentes, pais e encarregados de educação), dada a versatilidade e a abrangência que os caracteriza.

6. Autores/dinamizadores

Diversos alunos dos Cursos Tecnológicos de Animação Social e Acção Social, sob orientação da Professora Filomena Pires, Coordenadora do Projecto "Educação para a Saúde" na Escola Secundária Viriato.

7. Aplicações destes recursos

a) Realizadas

- Fevereiro de 2005 – Escola Secundária de Viriato, Dia dos Namorados;
- Fevereiro de 2006 – Escola Profissional de Torredeita;

b) Programadas mas ainda não realizadas

Está prevista nova aplicação no decorrer da "Semana Lusófona" e integrada no intercâmbio previsto com uma escola de Almada, onde o número de estudantes com origem africana é muito significativo. Prevê-se ainda a aplicação, em Angola, no contexto das actividades em preparação no âmbito do Projecto "Lusofonias" e uma troca de experiências com Moçambique no âmbito do mesmo projecto.



8. Total de alunos envolvidos

Cerca de 1200.

9. Resultados da aplicação dos jogos

Avaliação informal:

Segundo os dinamizadores, constatou-se a existência de muitas dúvidas, algumas noções pouco correctas, ideias pré-concebidas mas principalmente necessidades específicas de esclarecimentos e informações relativamente aos temas abordados. Deste modo, ao longo da realização dos jogos, tentou-se esclarecer as dúvidas que foram surgindo, assim como a desmistificação de opiniões previamente formadas bem como apresentar o Gabinete de Psicologia e o Serviço de Atendimento do Instituto Português da Juventude em Viseu, como disponíveis para acolher problemáticas mais individuais. Com agrado, notou-se grande adesão e bastante entusiasmo dos alunos que se envolveram nas actividades propostas com empenho e respeitando as regras estabelecidas.

Avaliação formal:

Em respostas obtidas a perguntas abertas, verifica-se que os alunos avaliaram os jogos como:

- Úteis e interessantes;
- Esclarecimento de dúvidas;
- Reflexão de atitudes e comportamentos;
- Melhorar os conhecimentos sobre sexualidade e os afectos;
- Aquisição de novos conhecimentos;
- Partilha de opiniões;
- Expressão de sentimentos;
- Sensibilização para as consequências da gravidez na adolescência e das IST's;



- Auto – conhecimento e hetero-conhecimento;
- Deveriam repetir-se;
- Educativos;
- Troca de experiências;
- Melhor conhecimento dos professores envolvidos;
- Exemplo de aplicação prática de conteúdos curriculares.

OS ALUNOS DINAMIZADORES consideraram que:

- Foi muito gratificante perceber que se tornaram facilitadores de aprendizagem;
- Aprenderam muito como animadores sociais;
- Mobilizaram/consciencializaram competências pessoais até aí desconhecidas;
- Dinamizaram conhecimentos de diferentes disciplinas, compreendendo que se prestavam a aplicações práticas de grande utilidade;
- Pode-se falar abertamente de sexualidade compreendendo que ela não aborda apenas temas relacionados com o sexo;

- Pode-se falar de coisas sérias de forma lúdica;
- Ganham autoconfiança;
- A escola é capaz de desenvolver projectos interessantes, educativos e do interesse dos alunos;
- Estas actividades são essenciais ao desenvolvimento dos alunos;
- Que a escola, por momentos, foi importante.

Por fim, considera-se que esta aplicação foi pertinente e útil. Ainda que não seja esta acção de forma isolada que concretize a educação sexual, a educação para os afectos, constituiu, sem dúvi-

da, um passo importante neste projecto que visa o desenvolvimento do indivíduo no respeito por si próprio e pelo outro. Uma vez que ela resulta necessariamente da formação dos pares dinamizadores, conduz à exigência de desenvolver um projecto de educação para a sexualidade, vasto, abrangente e pluridisciplinar, por isso adequado. Acrescente-se, como nota final, que este recurso didáctico, podendo ser explorado só por si, é potenciado se após o jogo, os alunos puderem participar numa sessão de teatro-debate, explorando a via da expressão dramática.



(1) Lista dos jogos apresentados a concurso

- Só nós dois
- As metáforas da sexualidade
- Os valores do amor
- Opinando...
- Tu decides!
- Afecto sem relação sexual
- Que fazer?
- Adiar ou não adiar a relação sexual
- E depois?...
- Como lidar com ameaças e violência
- Só conversa!
- IST's, e se me acontecer a mim?

No total, foram produzidos cerca de vinte jogos dos quais o grupo decidiu seleccionar os constantes da lista acima apresentada.

- (2) Educação para a Saúde na Escola – Para Prevenção da SIDA e outras IST, Documentos para o desenvolvimento de programas escolares.
- (3) Canção Rap elaborada por dois alunos da Escola Secundária do Viriato (Viseu), com letra de Elísio (10º Ano) e participação especial de Josemar Gourgel (12º Ano).
- (4) O Projecto Lusofonias pretende fundamentalmente levar à integração de alunos lusófonos a estudar em Portugal, promover informação sobre os seus países de origem e contribuir para uma melhor compreensão do pluralismo lusófono.

Valores e atitudes sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez

Destinatários: Alunos do 3º Ciclo (9º ano)

Duração: 2 aulas

Competências a desenvolver:

- Manifestar a sua opinião, ouvir e respeitar outras formas de pensar sobre este tema
- Argumentar e contra-argumentar desenvolvendo as competências da comunicação interpessoal
- Conhecer a Legislação portuguesa sobre a IVG

Descrição da actividade:

Previamente, devem ser afixadas na sala, separadamente, três cartolinas cada uma com uma expressão: “Concordo”, outra cartolina “Discordo” e “Não estou Seguro”. O professor deve também preparar a sala com as cadeiras dispostas em círculo, sem secretárias, para a dinamização desta actividade.

O professor pode propôr um jogo inicial de *quebra-gelo* e só depois apresentar o tema da Interrupção Voluntária da Gravidez que será trabalhado em duas aulas. De uma maneira informal, poderá inclusivé tentar saber se alguém se recorda do Referendo de Fevereiro de 2006 e da mediatização que este teve na sociedade.

Após um debate inicial que introduz o tema, o professor informa os alunos de que irá apresentar uma frase curta sobre a temática e pedelhes que se levantem e se posicionem num dos cantos da sala junto à cartolina com a expressão consonante

com a sua forma de pensar sobre o assunto. Todos devem posicionar-se face à frase junto a uma das cartolinas.

O professor pede então a cada elemento que justifique o seu posicionamento, apresentando as suas razões. Cada aluno deve exprimir o que pensa, manifestando o seu ponto de vista e o grupo deve fazer silêncio, respeitando sempre a opinião do colega.

O professor, enquanto moderador da dinâmica, deve permitir que os alunos mudem de posição caso se identifiquem com outra opinião. Depois de todos se manifestarem, segue-se a leitura de outra frase para debate e assim sucessivamente.

Sugestão de frases:

- *SÓ ENGRAVIDA QUEM QUER.*
- *TODAS AS MULHERES DEVEM SER MÃES.*
- *O CASAL DEVE INTERROMPER A GRAVIDEZ CASO NÃO DESEJE TER UM FILHO.*
- *AS MENORES GRÁVIDAS DE 18 ANOS DEVEM PEDIR AUTORIZAÇÃO AOS SEUS PAIS CASO PRETENDAM INTERROMPER A GRAVIDEZ.*
- *Etc...*

No final desta actividade, o professor dinamizador deve apresentar a actual Legislação sobre IVG – **Lei 16/2007 de 17 de Abril** assim como a respectiva **Portaria nº 741-A/2007** e prestar os esclarecimentos necessários face às alíneas da Lei.

Recensão crítica ao livro *A Orquídea & o Beija-Flor*

Benasulin, A., Simões, A., Vilar, B. et alli (s.d.). *A Orquídea e o Beija-Flor*. Porto: Areal Editores, 143p; ISBN 978-972-627-921-1.

*“O título **A orquídea e o beija-flor** remete-nos para o mundo simbólico da sexualidade, no qual a orquídea representa os órgãos sexuais femininos e masculinos, ao mesmo tempo que a ideia da flor sugere o romance. (...) o beija-flor pulula à volta da orquídea, simbolizando tanto uma ideia romântica, como uma ideia mais sexualmente explícita. Muitos simbolismos para falar de sexualidade...”* (p.11).

É com estas palavras que as autoras justificam o título da obra e, em simultâneo, afirmam a orientação conceptual e ideológica que quiseram imprimir-lhe. De facto, antes de nos confrontarmos com a estrutura do livro e o conteúdo, podemos ser levados a pensar que se trata de uma narrativa ficcionada, uma ‘história’ infanto-juvenil, o que não se confirma. Trata-se, isso sim, de mais um apoio para (e sobre) as dúvidas da população juvenil.

As autoras adoptaram o formato de pergunta-resposta, percorrendo o universo alargado da sexualidade, cumprindo o significado que atribuíram ao título. É um formato que facilita, por um lado, a organização das dúvidas mais frequentes que os mais jovens expressam em diversos contextos e, ao mesmo tempo, a exposição dos conteúdos respectivos.

Assim, a dimensão corporal da sexualidade (a nomenclatura dos órgãos, o seu funcionamento e



mudança durante a puberdade, a ‘normalidade’ da fisionomia e fisiologia...), a contracepção e a prevenção das IST (métodos, níveis de risco, falhas, procedimentos e recursos de ajuda), as práticas sexuais, a gravidez e a sua interrupção voluntária, a resposta sexual, entre outros temas, articulam-se intimamente com as dimensões psico-afectiva e relacional. Estas são sempre contextualizadas no quadro dos direitos de autonomia, mas também no dever de responsabilização individual.

Esses conteúdos informativos e formativos são apresentados de forma simples, directa e cientificamente sustentada, como se reproduzissem um

diálogo com quem faz as perguntas, mas sem tentar fechá-lo. Nos temas da sexualidade, dada a sua dimensão subjectiva e vivencial, as decisões terão de ser sempre pessoais e ponderadas. Por isso, as autoras recorrem, frequentemente, a sugestões para reflexão (e.g. *"Pensa melhor sobre o assunto e, de acordo com o que te fizer sentir melhor, toma uma decisão"* [p.41]; (...) *"reflecte melhor sobre a situação e deixa que a ideia amadureça"* [p.48]; (...) *"analisa como te sentiste nessa relação"* (...) [p.57]).

Esta orientação das autoras permite a cada leitor re(vi)ver as suas dúvidas, ansiedades e receios, projectar os prós e os contras, assumir que a solução dos dilemas não está, em geral e necessariamente, nos outros. Por seu lado, os leitores adultos – sejam eles familiares ou profissionais - podem confirmar ou ficar a saber o que preocupa os mais novos, as perguntas e dúvidas (expressas) que os assaltam e, através das respostas dadas, encontrar sugestões para possíveis intervenções educativas.

Ter incluído numa obra deste tipo a perspectiva dos adultos acerca da sexualidade na adolescência é uma originalidade que pode também enriquecer os mais jovens. Com efeito, quando pais e mães impõem normas e expressam receios acerca das acções de filhos e filhas, serão compreen-

didados pelos seus filhos e filhas? O item *"Os filhos que fomos, os pais que somos"* (p.33 e ss) pode contribuir para essa compreensão, pois nele constam algumas das questões que colocam acerca dos assuntos que os preocupam, incluindo as formas possíveis de agir positivamente no apoio aos filhos e filhas neste domínio. No entanto, a perspectiva das famílias está implicitamente presente noutras páginas da obra (por exemplo, no item *"Falar ou não falar, eis a questão"* [p.39 e ss]), valorizando o seu papel e a importância das relações familiares no acompanhamento e desenvolvimento dos jovens.

Resultando de um trabalho claramente cuidado de oito jovens psicólogas que colaboram com a APF, a revisão científica de Maria José Alves (ginecologista e obstetra) e José Pacheco (psicólogo e terapeuta sexual) contribui, como as autoras reconhecem, para a cobertura da multiplicidade de perspectivas e de temáticas, reforçando a credibilidade técnica e científica da obra.

Por tudo o que salientei, numa leitura pessoal, estamos perante *"um pequeno posto de informação e abastecimento"* (do prefácio de Vasco Prazeres [p.7-9]), um excelente apoio para os mais jovens e para quem deseja apoiá-los nesta esfera da existência humana, naturalmente inquietante, mas ainda tão evitada.

António Manuel Marques

Docente da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal

Cenas e Contracenas pelo grupo Pedacos de Nós

A Equipa do Projecto PreservAmigo

■ APF Alentejo ■

Ana Catarina Araújo

■ Coordenadora ■

Sara Nasi Pereira

■ Psicóloga ■

Glória Costa Silva

■ Actriz/Encenadora ■



Medos, dúvidas e ansiedades... Estas são as palavras-chave que estão na origem do espectáculo concebido por jovens voluntários entre os 14 e os 17 anos. A formação em áreas como a sexualidade, IST's e prevenção de riscos associados ao comportamento sexual faz com que estes jovens, além de actores, sejam também Promotores de Saúde Sexual e Reprodutiva.

Cenas e Contracenas surge no âmbito do Projecto PreservAmigo, promovido pela APF Alentejo, ao abrigo do Programa ADIS/SIDA e destaca-se pelo facto de ser um projecto Inter-pares, onde os

jovens são os dinamizadores e produtores das actividades dirigidas aos seus pares.

Através do teatro vive-se e revive-se, sente-se e questiona-se a nossa postura em relação à vida, à nossa sexualidade, aos nossos preconceitos. O primeiro amor, a alma gémea, a primeira vez, a gravidez não desejada... As aventuras e desventuras de um grupo de jovens que se perdem num mundo de questões por resolver, onde os sentimentos e incertezas são uma constante. É no palco que se desmistificam crenças relativas à sexualidade, próprias das relações humanas. Destinado



Educação Sexual em Rede



ao público jovem, este espectáculo visa alertar e despertar para questões como os métodos contraceptivos, as infecções sexualmente transmissíveis, as inseguranças e as dúvidas que surgem nestas idades.

A APF Alentejo aposta nas artes em geral, e no teatro em particular, como sendo um veículo privilegiado para a sensibilização desta temática junto ao público-alvo. Segundo o manual *Theatre-Based Techniques for Youth Peer Education: A Training Manual*, produzido pela Y-Peer "o termo *teatro na educação* refere-se ao uso do teatro de forma mais abrangente, para além do entretenimento de um público. O teatro na educação tem como finalidade a mudança de conhecimentos, atitudes e comportamentos do público". No contexto deste manual, o objectivo do teatro na educação é melhorar a saúde reprodutiva dos jovens, a prevenção do VIH, e reduzir o estigma e a discriminação adjacente a uma gravidez não desejada ou à infecção pelo VIH.

Neste sentido, o espectáculo de teatro **Cenas e Contracenas** tem desempenhado uma actividade de extrema importância nestas mudanças, enquadrando-se sempre nos objectivos do Projecto PreservAmigo e passando a palavra a muitos jovens.

Desde a estreia deste espectáculo até ao momento, muitos foram os contactos recebidos para levar este grupo a várias localidades da região Alentejo. O feedback que nos tem chegado é sem dúvida muito positivo, o que nos faz crer que o recurso ao teatro numa perspectiva de prevenção/educação é bem recebido e desejado!

Antes de cair o pano, uma pergunta fica no ar: *medos, dúvidas e ansiedades...*

Nós temos. E vocês?

■ Nome	■ NIF
■ Morada	
■ Cód. Postal	■ Localidade
■ E-mail	■ Telefone
<hr/>	
■ Assinatura Individual	10.00 € <input type="checkbox"/>
■ Assinatura para Sócios APF / Membros da REDES	8.00 € <input type="checkbox"/>
■ Assinatura para Escolas e Instituições	15.00 € <input type="checkbox"/>

O pagamento da assinatura pode ser efectuado mediante envio, para a APF, de Cheque ou Vale de Correio em nome da Associação para o Planeamento da Família, ou por transferência bancária para o NIB 003300005008010109505.

Plano de Formação 2008

Curso	Destinatários	Preço	Duração	N.º de vagas	Delegação da APF	Data
Desenho de projectos em educação para a saúde	Professores do 2.º, 3.º ciclo e secundário	120€	25 h	20	Norte	Abr/Mai
					Centro	Mar
					Algarve	Mai/Jun
					Alentejo	Set/Out
					Lisboa	Out
Prevenção dos abusos e violência sexual	Educadores e professores de todos os ciclos de ensino	150€	30 h	20	Centro	Set
Sexualidade, saúde e situações de risco	Educadores e professores de todos os ciclos de ensino	150€	30 h	20	Madeira	Out/Nov
Prevenção dos riscos associados à sexualidade	Educadores e professores de todos os ciclos de ensino	150€	30 h	20	Algarve	Abr

Créditos atribuídos por acção: 1 (acções acreditadas pelo CCPFC). **A APF é entidade acreditada:** IQF (Instituto para a Qualidade na Formação); **CCPFC** (Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua).

Para mais informações, contacte as respectivas Delegações:

Sede Rua Artilharia Um, nº 38 - 2º Dto ■ 1250-040 Lisboa ■ Tel: 21 385 39 93 ■ Fax: 21 388 73 79 ■ E-mail: apfsede@apf.pt ■ cform@apf.pt **APF Centro** Avenida Fernão de Magalhães, 151 - 2º A ■ 3000-176 Coimbra ■ Tel: 239 82 58 50 ■ Fax: 239 82 58 50 ■ E-mail: apfcentro@sapo.pt **APF Norte** Rua Arnaldo Gama, nº 64 - 2º ■ 4000-049 Porto ■ Tel: 22 208 58 69 ■ Fax: 22 208 58 69 ■ E-mail: apfnorte@mail.telepac.pt **APF Algarve** Edifício Ninho de Empresas, Estrada da Penha ■ 8000-273 Faro ■ Tel: 289 863 300 ■ Fax: 289 880 599 ■ E-mail: apf_algarve@hotmail.com **APF Alentejo** Galeria Comercial Hotel Cartuxa, Lj 11 - Trav. da Palmeira, nº 4 ■ 7000-546 Évora ■ Tel: 266 746 855 ■ Fax: 266 746 855 ■ E-mail: apfalentajo@sapo.pt **APF Madeira** Rua da Vargem - Conj. Habit. da Várzea - Edifício E4, Bloco A R/C ■ 9000 Funchal ■ Tel: 29 176 60 89 ■ Fax: 29 176 60 89

APF Lisboa, Tejo e Sado

Rua Artilharia Um, nº 69 - 1º Frente ■ 1250-038 Lisboa ■ Tel: 21 383 23 92 ■ Fax: 21 385 29 95 ■ E-mail: apflisboa@mail.

telepac.pt **APF Açores** Centro Comercial da Sé, Loja J - Carreira dos Cavalos ■ 9700-167 Angra do Heroísmo ■ Tel: 295 62 87 85 ■ Fax: 295 62 87 85 ■ E-mail: apfacores@sapo.pt



Cartazes e postais

■ Contracepção sem falhas - Assim faz sentido!

Cartazes e postais editados no âmbito da 5.ª Semana de Esclarecimento Contraceptivo (2007): "Mesmo nas coisas mais simples da vida, há regras que fazem a diferença entre o que funciona e o que nem por isso. Também os métodos contraceptivos, quando utilizados de forma incorrecta, expondo-te a muitos riscos. O preservativo que rompe por estar mal colocado ou fora da validade, a pílula que é tomada de forma incorrecta, são apenas alguns dos exemplos. Podem parecer coisas sem importância, mas fazem todo o sentido numa contracepção levada a sério."

Preço: Gratuito



Jogo

■ Jogo de cartas

Material pedagógico destinado a familiarizar os jovens pré-adolescentes (2.º ciclo do Ensino Básico) com os conceitos e temas relacionados com a saúde sexual e reprodutiva, abordados de forma lúdica e simultaneamente pedagógica.

Preço: 4 €



Cartazes e postais

■ Campanha "Estamos à Espera de Quê?"

Cartazes e postais produzidos no âmbito da Educação para o Desenvolvimento, com o intuito de alertar para a importância da responsabilidade colectiva na consecução plena dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), compromisso fixado por todos os 189 Estados Membros da Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000, incluindo Portugal. Apresenta 5 mensagens:

- Nascer mulher ainda é um risco de vida;
- A vida e a morte de uma criança ainda é uma questão geográfica;
- Ser mãe é um bem que muitas mulheres pagam com a vida;
- E se VIH/SIDA pudesse significar outra coisa? Saúde, Informação, Desenvolvimento, Ajuda;
- O Desenvolvimento não se adia. Hoje já pode ser tarde.

Preço: Gratuito



Brochura

■ Rapazes

Brochura dirigida a rapazes, é igualmente aconselhado às raparigas: "O corpo e as suas transformações, as emoções, o início da actividade sexual, as relações sexuais, a contracepção e outros, são alguns dos temas abordados neste folheto que procura equacionar o ponto de vista masculino sobre as questões que surgem e se colocam no momento da puberdade e da adolescência."

Preço: 5 €

